

## RECOMENDAÇÃO SINOREG/ES Nº 08/2014

Vitória/ES, 17 de outubro de 2014

**ASSUNTO:** Dispensa Certidão Negativa de Débitos

**CONSIDERANDO** a aprovação da Lei Complementar Federal nº 147/2014 a qual Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nºs 5.889, de 8 de junho de 1973, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 9.099, de 26 de setembro de 1995, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências.

**CONSIDERANDO** que para registro na Junta Comercial as empresas não enquadradas como Microempresa(ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) também estão dispensadas de comprovarem regularidade fiscal, como condição para registrarem alterações(cisão, incorporação, transformação, fusão e transferência de controle da sociedade) e baixas em seus registros;

“Art. 7º A – O registro dos atos constitutivos, de suas alterações e extinções (baixas), referentes a empresários e pessoas jurídicas em qualquer órgão dos 3(três) âmbitos de governo ocorrerá independentemente da regularidade de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas, principais ou acessórias, do empresário, da sociedade, dos sócios ou dos administradores ou de empresas que participem, sem prejuízo das responsabilidades do empresário, dos titulares, dos sócios ou dos administradores por tais obrigações, apuradas antes ou após o ato de extinção.”

**CONSIDERANDO** o teor do artigo 47, I, “d”, da Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991, reza que:

“Art. 47. É exigida Certidão Negativa de Débito-CND, fornecida pelo órgão competente, nos seguintes casos: (Redação dada pela Lei nº 9.032, de 28.4.95).

I - da empresa:

(...)

**d** - no registro ou arquivamento, no órgão próprio, de ato relativo a baixa ou redução de capital de firma individual, redução de capital social, cisão total ou parcial, transformação ou extinção de entidade ou sociedade comercial ou civil e transferência de controle de cotas de sociedades de responsabilidade limitada; (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97).

**CONSIDERANDO** que a seu turno, sobre o Certificado de Regularidade do FGTS, prescreve a alínea “e”, do artigo 27 da Lei nº 8.036, 11 de maio de 1990:

“Art. 27. A apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, é obrigatória nas seguintes situações: (...)

**e** - registro ou arquivamento, nos órgãos competentes, de alteração ou distrato de contrato social, de estatuto, ou de qualquer documento que implique modificação na estrutura jurídica do empregador ou na sua extinção.

**COSIDERANDO** que com o advento da já citada Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, que incluiu o artigo 7º-A na Lei nº 11.598, de 3 de dezembro de 2007, esse cenário foi alterado no sentido de não mais se exigir as aludidas certidões para a prática dos atos relacionados aos dispositivos supratranscritos.

**CONSIDERANDO** que pela abrangência do caput do dispositivo quaisquer atos societários a serem arquivados em quaisquer órgãos referentes a empresários e pessoas jurídicas não mais se exige a comprovação de regularidade de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas, principais ou acessórias.

**CONSIDERANDO** que por se tratar de norma posterior que contraria frontalmente as anteriores (alínea “d”, do inciso I, do artigo 47 da Lei nº 8.212/1991 e alínea “e”, do artigo 27 da Lei nº 8.036/1990), é lícito afirmar que houve revogação tácita destas disposições;

**CONSIDERANDO**, por fim, que a Junta Comercial, com base no artigo 7º da Lei Complementar 14/2014, já dispensa a apresentação de CND para registro dos atos constitutivos, de suas alterações e extinções (baixas), referentes a empresários e pessoas jurídicas em qualquer órgão dos 3(três) âmbitos de governo;

O **SINOREG-ES** resolve **RECOMENDAR** que as exigências alocadas na legislação acerca da necessidade de comprovação de regularidade de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas, principais ou acessórias para registro dos atos constitutivos, suas alterações e extinções (baixas), referentes a empresários e pessoas jurídicas em qualquer órgão dos 3(três) âmbitos de governo estão dispensadas por força do artigo 7º da Lei Complementar Federal nº 147/2014, cujo texto revogou tacitamente, por incompatibilidade jurídica, o artigo 47, I, “d”, da Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e alínea “e”, do artigo 27 da Lei nº 8.036, 11 de maio de 1990.

Parecer aprovado em Reunião de Diretoria do dia 17/10/2014.

O presente parecer não tem caráter vinculativo, servindo como **ORIENTAÇÃO** aos Notários e Registradores que, por força de lei, têm autonomia funcional para aplicar seu entendimento ao caso concreto de acordo com direito vigente.